

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

ATA DA 8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CBH MANHUAÇU

1
2 No dia 15 de março, às 09h30, teve início a 8ª reunião extraordinária do CBH Manhuaçu, no município
3 de Alto Caparaó. Dando início às atividades, as autoridades presentes foram convidadas a compor a
4 mesa de honra, sendo: Senisi Rocha, presidente do CBH Manhuaçu; José Gomes, prefeito de Alto
5 Caparaó; José Carlos Lovantino, presidente da Câmara de Vereadores; Genilson Tadeu, vice-
6 presidente do CBH Manhuaçu; e Isaura Paixão, secretária do CBH Manhuaçu. Em seguida, o Sr.
7 Fernando Maldonado, representante da Prefeitura de Aimorés no CBH Manhuaçu e responsável pela
8 condução do cerimonial da reunião, fez uma breve oração de agradecimento. Dando início às falas, o
9 Sr. José Gomes agradeceu a presença de todos e relatou a satisfação do município em sediar a reunião
10 do Comitê. Na sequência, o Sr. José Carlos parabenizou o Comitê e reforçou a importância do trabalho
11 do colegiado para o desenvolvimento da região. Prosseguindo, a Sra. Flávia Dias, secretaria adjunta do
12 CBH Manhuaçu, foi convidada a compor a mesa. Ato contínuo, foi passada a palavra à vice-prefeita de
13 Alto Caparaó, Alcineia Pinheiro, que destacou a importância da parceria entre o Comitê e o município
14 para fortalecer as ações ambientais na região. Ainda nas falas iniciais, a Sra. Flávia Dias, após
15 cumprimentar a todos os presentes, enfatizou a importância dos pontos de pauta que serão debatidos
16 na plenária. Em seguida, a Sra. Isaura Paixão agradeceu a participação massiva de todos os membros
17 e convidados, mencionando que o auditório estava lotado. Finalizando os pronunciamentos, o Sr.
18 Genilson Tadeu agradeceu todos pela participação, em especial, à comitiva do município de Mutum e
19 ao prefeito de Alto Caparaó, cuja assiduidade nas reuniões se destaca, bem como a dedicação dele às
20 questões ligadas ao meio ambiente. Prosseguindo, o Sr. Fernando Maldonado agradeceu a todos
21 novamente e passou ao Sr. Senisi Rocha a condução dos trabalhos. Em sua fala, o presidente do
22 Comitê agradeceu a acolhida do município e parabenizou aos conselheiros do Comitê pelo
23 comprometimento, destacando a representatividade do colegiado. Em seguida, ele informou que a
24 antecipação da reunião se deu em função de uma articulação do CBH-Doce, considerando a urgência
25 na aprovação da atualização do PIRH. Na oportunidade, fez uma crítica ao Comitê federal, ressaltando
26 que esse não se atém ao cronograma dos comitês afluentes, comprometendo a integração e
27 prejudicando os trabalhos dos comitês estaduais. Comentou, também, sobre o veto à elaboração do
28 Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) para Alto Caparaó, enfatizando que discutiu com várias
29 pessoas sobre o assunto, pois não considera pertinentes as justificativas apresentadas para não
30 contemplar o município, cujas águas do Rio José Pedro chegam límpidas e com ótima qualidade ao Rio
31 Doce. Nesse sentido, ele destacou que há disponibilidade financeira, porém falta disposição, sendo as
32 justificativas em função de questões burocráticas e de entendimento. Em seguida, ele fez um destaque
33 ao “Movimento Todos pelo Rio Doce”, por meio do qual, em 2018, foram cercadas na região do CBH
34 Manhuaçu 120 nascentes. Ele explicou que a coordenação do projeto pretende, ao todo, cercar 1.000
35 nascentes no território da Bacia do Rio Doce e, considerando que o CBH Manhuaçu foi o Comitê mais

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

36 articulado e mobilizado, serão mantidos os investimentos na área. Diante disso, no dia 22 de março,
37 data em que se comemora o “Dia Mundial da Água”, serão cercadas mais 12 nascentes no território do
38 Manhuaçu. Finalizando esse tema, ele destacou que sempre que houver novas ações a decisão quanto
39 às áreas contempladas será feita democraticamente junto aos conselheiros. Ainda em sua fala, ele
40 parabenizou a conselheira Juliana, de Mantimento, por sua iniciativa em ministrar a palestra distribuída
41 pelo Comitê, sobre gestão de recursos hídricos. Sobre isso, ele enfatizou que fez um modelo de
42 palestra e orientou a todos quanto à utilização do material, considerando a importância de divulgar o
43 trabalho no Comitê na região, porém poucos conselheiros têm levado a iniciativa a diante. Ato contínuo,
44 foi feita a leitura da pauta da reunião, sendo que não houve solicitação de inversão de pauta ou
45 inserção de novos itens. Em seguida, foi feita a conferência do *quórum* e feito um alerta às instituições
46 “faltosas”, pois, de acordo com o Regimento Interno, a ausência em três reuniões consecutivas ou seis
47 alternadas implicará na exclusão do representante faltoso. Prosseguindo, como acordado junto aos
48 conselheiros, foi feita a apresentação do resumo da ata da reunião anterior, sendo o documento
49 aprovado por unanimidade. Passando ao item seguinte da pauta, foi apresentada aos conselheiros a
50 proposta de adequação do Regimento Interno do CBH Manhuaçu à Deliberação Normativa nº 60, do
51 Conselho Estadual de Recursos Hídricos, cujo principal objetivo é “ajustar” os mandatos dos membros
52 do CBH e da diretoria. Feita a leitura, as adequações foram aprovadas de forma unânime pela plenária,
53 que registrava o *quórum* qualificado necessário à apreciação e votação da matéria. Dando sequência à
54 pauta, estava prevista a discussão sobre a atualização do Plano de Recursos Hídricos, porém a matéria
55 precisará ser postergada e tratada ao final da reunião. Devido a uma falha de comunicação, a equipe do
56 IBIO, responsável pela apresentação, não foi informada sobre a alteração do local da reunião, sendo
57 que se dirigiram ao Parque do Caparaó – local em que inicialmente o encontro ocorreria. Após algumas
58 tentativas, eles foram contatados e informados, porém ainda não chegaram ao novo local. Assim que
59 chegarem será passado a esse ponto da pauta e também ao próximo, referente à apresentação das
60 atividades do IBIO no exercício das funções de agência. Dando prosseguimento, foi colocada em
61 votação a Deliberação Normativa assinada *ad referendum*, sobre outorga da PCH Sinceridade. À
62 época, considerando que não seria possível cumprir os prazos do conselho, o documento foi aprovado
63 pelo presidente, sendo necessário, agora, o referendo a plenária. O Sr. Senisi explicou brevemente o
64 assunto, que havia sido tratado na reunião realizada em Alvarenga, sendo a DN foi aprovada de forma
65 unânime. Sequencialmente, a Sra. Isaura Paixão falou sobre a sua participação dos eventos da CIEA-
66 ZM, o Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental para a Massoregião da Zona da Mata, que
67 desenvolve diversas ações, dentre as quais se destacam os FOREAS, que contam com a participação
68 ativa de representantes do CBH Manhuaçu. Passando ao próximo item da pauta, os representantes que
69 participaram do Seminário Técnico do CIF, realizado no mês de dezembro de 2018, em Governador
70 Valadares, foram convidados para explanar brevemente sobre a participação no evento. Iniciando as
71 falas, o Sr. Wanderlei Barbosa, do CREA, destacou que estiveram presentes representantes das

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

72 comunidades atingidas, poder público, CBHs, CIF e Fundação Renova, além de instituições da
73 sociedade civil. Ele informou que o evento teve como objetivo das publicidades às ações que estão
74 sendo realizadas, bem como propor soluções para os problemas que ainda persistem. Em sua fala, ele
75 também destacou que, por parte de muitos atingidos, a principal preocupação está relacionada às
76 indenizações. Outro ponto enfatizado por ele foi sobre a apresentação do monitoramento da qualidade
77 da água do Rio Doce, que está sendo feito ao longo de toda a calha e, segundo o qual, a condição da
78 água está muito semelhante à existente previamente ao desastre ambiental. Em seguida, foi passada a
79 palavra a outro participante do evento, o Sr. Fernando Maldonado, de Aimorés. Inicialmente, ele fez
80 uma crítica à demora para o início do evento, ocorrido em função do atraso no deslocamento dos
81 representantes do CIF, que foram de trem para Governador Valadares. Em seguida, mencionou a
82 participação do CBH-Doce, que fez uma fala logo no início das atividades, com ênfase na Lei 9.433/97,
83 que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos. Além disso, a presidente do Comitê federal,
84 encarregada de fazer a palestra, também falou sobre os trabalhos que estão sendo desenvolvidos pelo
85 CBH-Doce em conjunto com os comitês de rios afluentes. Em sua fala, o Sr. Fernando fez críticas à
86 atuação da Fundação Renova e destacou que dentre os 42 programas previstos no TTAC apenas um
87 foi concluído. Segundo ele, o diálogo entre os municípios e a Renova é praticamente inexistente. Ele
88 deu o exemplo de Aimorés que ainda não teve acesso ao recurso ao qual tem direito, mesmo o
89 município tendo cumprido todos os trâmites legais exigidos. Ele ainda destacou que, apesar da
90 presença, os atingidos tiveram pouca oportunidade para se manifestar. Finalizando as falas sobre o
91 tema, a Sra. Flávia Dias, que também compareceu ao encontro, fez as suas considerações. Em sua fala
92 ela explicou, inicialmente, que a proposta original do evento, cuja demanda foi apresentada pela
93 diretoria colegiada do CBH-Doce, era realizar uma atividade de cunho técnico, para que as CTs do CIF
94 pudessem estreitar o diálogo com os CBHs e apresentar, detalhadamente, o andamento das ações. No
95 entanto, o MP interveio e alterou drasticamente o formato do evento, que virou um palco para “lavação
96 de roupa suja”. Ela destacou a complexidade do sistema CIF, que é composto por 80 instituições
97 diversas e cujo formato foi uma demanda do próprio CBH, pois não era desejo de ninguém que o
98 recurso fosse administrado diretamente pelo Estado. Ela explicou que CIF tem várias CTs, compostas
99 por especialistas que desenham e identificam o que precisa ser feito no âmbito de cada programa. Ela
100 ressaltou que, de fato, as coisas estão atrasadas e que há muita burocracia, porém mencionou que é
101 um trabalho sério e que está sendo feito, porém um dos principais gargalos é fazer chegar ao
102 conhecimento da comunidade aquilo que está dando certo. Ao final, ela destacou que será necessário
103 um novo evento, a fim de cumprir o objetivo inicialmente proposto, registrando, no entanto, que o
104 seminário foi uma oportunidade para que os presentes pudessem vivenciar, na pele, o sofrimento das
105 pessoas diretamente atingidas. Além disso, ressaltou a importância de que os membros do CBH
106 Manhuaçu busquem informações e participem mais ativamente do processo, indicando o site da
107 Fundação Renova como a melhor fonte para obtenção de dados. Após os relatos, o Sr. Senisi reforçou

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

108 a importância de que todos aqueles que participam de eventos representando o Comitê façam, na
109 reunião seguinte à atividade, um relato sobre a participação. Além disso, todos devem apresentar um
110 relatório por escrito. No entanto, o presidente ressaltou que há alguns relatórios pendentes. Dando
111 continuidade à reunião, o Sr. Senisi convidou a Sra. Estela Emmerick, da SES, nova integrante do
112 Comitê, para receber o Kit do membro. Nesse sentido, ele destacou que todos aqueles que saírem do
113 Comitê deverão devolver o seu kit, pois ele só deve ser utilizado em ações do Comitê. Em seguida,
114 mencionou a chegada da equipe do IBIO e pediu desculpas por não haver avisado anteriormente sobre
115 a alteração do local da reunião. Ato contínuo, convidou o Sr. Genilson Tadeu para apresentar o trabalho
116 de fomento ambiental que está sendo desenvolvido na região de Mutum, que poderá contribuir com
117 outros municípios que queiram desenvolver a atividade. Em sua fala, o Sr. Genilson explicou que o
118 projeto abrange a Bacia do Rio São Manoel, composta, basicamente, pelo território de Mutum. Na
119 prática, isso configura unidade de planejamento interessante, pois a município produz sua própria água.
120 No entanto, há uma disposição desequilibrada de água ao longo do ano – diferença de precipitação
121 muito grande entre os períodos. Diante disso, surge o desafio: buscar o equilíbrio. Nesse contexto, foi
122 criado o Programa Municipal de Apoio à Segurança Hídrica, cujo objetivo principal é promover ações de
123 conservação e de revitalização, e formas de compensação por serviços hidroambientais no município
124 de Mutum. Segundo ele, a ação representa benefício para a população rural e urbana, sendo capaz de
125 fomentar o saneamento ambiental, promovendo a reservação de água, construindo bacias de
126 contenção de águas pluviais e sedimentos, bem como a proteção de nascentes, saneamento e
127 reflorestamento. Como missão, o projeto pretende proporcionar dignidade e cidadania, minimizando o
128 êxodo rural promovendo o desenvolvimento local e a diversificação da base econômica, com
129 sustentabilidade ambiental. Ele apresentou, ainda, a forma como as ações estão divididas nas
130 microbacias. Na sequência, ele explicou que o projeto foi votado na Câmara de Vereadores e se
131 converteu em lei, sendo que será responsabilidade de todas as administrações executá-lo. Ele
132 comentou, ainda, que a Prefeitura disponibilizou uma máquina específica para executar os trabalhos,
133 sendo que foi feito um decreto municipal, destinando a máquina especificamente para o projeto,
134 podendo ser usada para outras finalidades, unicamente, em casos emergenciais. Além disso, informou
135 que a COPASA, por meio do Pró-Mananciais, se comprometeu com a doação do óleo diesel para a
136 máquina, cujo custo médio é de R\$ 30/hora trabalhada. No entanto, esse não é o único custo
137 operacional. Diante disso, a comissão responsável pelo acompanhamento do projeto entendeu que as
138 demais despesas – cujo custo estimado é de R\$ 90/hora trabalhada, deverão ser suportadas pelo
139 produtor. Inicialmente, essa decisão gerou polêmica, porém a primeira experiência foi muito satisfatória.
140 Ele informou ainda que projeto foi apresentado à comunidade, sendo que na ocasião foi feito um pré-
141 cadastro e, depois, em visita à propriedade, realizado o cadastro efetivo. Para a contribuição do
142 produtor foi criado um boleto, em que ele contribui, num primeiro momento, com 40% do valor estimado
143 para a hora trabalhada, com base no total de horas estimadas para a conclusão do trabalho. O depósito

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

144 é feito no Fundo de Meio Ambiente. Ao final, para ilustrar, o Sr. Genilson apresentou informações e
145 imagens de algumas propriedades e as expectativas positivas de resultados para o projeto. Em seguida,
146 o Sr. Senisi Rocha manifestou que o CBH é parceiro da ação e reforçou a importância de apresentar ao
147 plenário como está o andamento da ação. Encerrando o assunto, a plenária do CBH Manhuaçu aprovou
148 moção de apoio ao projeto. Em continuidade à pauta da reunião, foi passada à apresentação sobre a
149 revisão da proposta do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce e realização da
150 proposta de enquadramento. Inicialmente, o Sr. Senisi Rocha informou que o documento a ser votado,
151 de caráter técnico, foi encaminhado a todos os conselheiros junto com a convocação, conjuntamente
152 com os pareceres favoráveis emitidos pela CTPP e CTIL sobre o tema. Ele explicou que houve toda
153 uma tramitação nas câmaras técnicas dos comitês, num processo iniciado em novembro de 2018.
154 Agora, o tema será submetido às plenárias de todos os CBHs da Bacia do Rio Doce. Em seguida, foi
155 passada a palavra para o diretor técnico do IBIO, Fabiano Alves. Inicialmente, ele apresentou um vídeo
156 institucional da ANA que explica, de forma simples e didática, o que são os planos de recursos hídricos
157 e o enquadramento dos corpos d'água. Dando sequência, falou resumidamente sobre a elaboração do
158 Plano vigente, aprovado em 2010. Ele explicou que documento precisa ser atualizado, sobretudo após o
159 rompimento da barragem de Fundão, ocorrido em 2015, e que alterou drasticamente a configuração da
160 Bacia do Rio Doce. Além disso, é necessário rever o Pacto das Águas e "integrar" as ações do PIRH
161 junto aos demais programas que estão ocorrendo na Bacia, em especial aqueles previstos no TTAC e
162 executados pela Fundação Renova. Segundo ele, essa articulação é fundamental para evitar a
163 sobreposição de ações e otimizar a aplicação do recurso da cobrança. Ele ressaltou, ainda, a
164 recomendação do Tribunal de Contas da União (TCU) para que seja feito o enquadramento da Bacia,
165 pois o Plano atual somente apresenta diretrizes. A única exceção é o CBH-Piracicaba, cujo
166 enquadramento foi aprovado em 1994, no entanto, a revisão desse instrumento também será
167 contemplada. Outro ponto inserido se refere à avaliação e adequação do arranjo institucional existente
168 na Bacia do Rio Doce. Após a breve contextualização, o Sr. Fabiano falou sobre as etapas do trabalho.
169 A primeira etapa refere-se ao diagnóstico. A estratégia nesse momento inicial será reunir as
170 informações existentes sobre a Bacia e disponibilizar, a partir de notas técnicas, para subsidiar o
171 trabalho da empresa que será contratada. Caberá à empresa contratada consolidar e complementar, de
172 acordo com o escopo mínimo exigido no TDR, contemplando a exigência legal para planos. A segunda
173 etapa compreende o prognóstico e, a terceira, a atualização do plano de ações. Ele explicou que todas
174 as etapas compreenderão oficinas e audiências públicas, eventos nos quais os membros do Comitê e a
175 comunidade terão a oportunidade de se manifestar e contribuir com o Plano. Outro ponto destacado na
176 apresentação foi o fato de que o novo PIRH terá um orçamento específico do Plano – voltado
177 especialmente aos recursos da cobrança. Ou seja, serão dois orçamentos: um para o Plano como um
178 todo e um adequado à realidade orçamentária da cobrança. Em seguida, foram apresentadas as
179 informações da proposta de enquadramento, com ênfase nas diretrizes para a efetivação o

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

180 enquadramento, sendo destacado que é necessário um arranjo institucional para ser implementado. Em
181 seguida, falou brevemente sobre o Manual Operativo – que pretende trazer as ferramentas para ajudar
182 os comitês de bacia e a agência a iniciarem a implementação da ação imediatamente após a aprovação
183 do Plano. Ele explicou que esse manual refere-se às ações consideradas prioritárias para a Bacia e
184 com capacidade de serem efetivamente executadas. O objetivo principal é servir aos CBHs, aos OGs e
185 à agência como um guia para orientar as ações, a fim de organizar a atuação de modo integrado e
186 eficiente. Como exemplo, apresentou à plenária a interface do MOP da Bacia do Rio Grande. Ao final,
187 ele mostrou o cronograma, com as ações foram executadas e aquelas que ainda deverão ser
188 cumpridas. As próximas etapas são CTI, CTIL e plenária do CBH-Doce, sendo que a partir daí será
189 iniciado o processo de licitação. Após a contratação da empresa, a perspectiva é de que o trabalho seja
190 concluído em até 17 meses. Após a apresentação, não houve dúvidas, então, a matéria foi colocada
191 em regimento de votação, sendo aprovada por unanimidade. Dando prosseguimento, foi passada à
192 apresentação das atividades do IBIO. Antes da fala da agência, o Sr. Senisi Rocha fez uma breve
193 retrospectiva dos graves problemas financeiros do IBIO, que tem afetado o atendimento ao Comitê. Em
194 2018, por exemplo, o Comitê deixou de ter atendimento de um secretário (a), demandando uma carga
195 maior de funções aos membros, especialmente, à diretoria executiva. Mencionou, também as
196 demissões ocorridas no IBIO, que comprometeram a capacidade de entrega da entidade. Em seguida, o
197 Sr. Ricardo Valory, diretor geral do IBIO, iniciou sua fala justificando o atraso para a chegada à reunião,
198 considerando que a equipe da agência não foi avisada sobre a mudança de local. Prosseguindo, fez
199 uma breve fala sobre a atuação do IBIO, que é o braço executivo dos CBHs desde 2011. Ele destacou
200 que o IBIO é o CNPJ do CBH, sendo a instituição que gerencia os contratos com o recurso da
201 cobrança. Como exemplo, ele mencionou a contratação da reforma da sede do Comitê. Em seguida, ele
202 falou sobre os problemas orçamentários, agravados após o anúncio do corte dos repasses adicionais da
203 ANA, bem como os recorrentes atrasos nos repasses de recursos por parte do Estado. Diante desse
204 cenário, foi necessária uma reestruturação da agência, que implicou na demissão de 08 funcionários.
205 Além disso, foram cortados todos os estagiários que davam suporte *in loco* para o CBH. Ele destacou
206 que não é uma vontade do IBIO dificultar as ações do CBH, pelo contrário, pois a função do IBIO é fazer
207 o CBH funcionar. No entanto, a arrecadação é incompatível com as necessidades para o atendimento
208 pleno aos 12 comitês que integram a Bacia do Rio Doce. Sobre a situação atual, ele informou que o
209 recurso disponível em caixa assegura o funcionamento da agência até setembro 2019, pois ainda há
210 repasses pendentes, sendo que não se sabe quando o recurso virá. Segundo o diretor, essa incerteza
211 prejudica o planejamento, considerando que é temerário fazer contratações, sedo que não se sabe até
212 onde será possível avançar. Ele falou, ainda, sobre o GT de Planejamento Estratégico, instituído no
213 âmbito do CBH-Doce, com o objetivo de identificar as ações prioritárias, levando em consideração a
214 atual estrutura de atendimento que a agência possui. Ele destacou, também, que entidade está em
215 busca de parcerias, com o IEF, por exemplo, para tentar ampliar o alcance e agilizar a implementação

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

216 das ações. Encerrando, mencionou que a fala não se trata de um recado pessimista ou otimista, mas
217 realista, em que o objetivo principal é adequar para fazer mais com menos. Segundo ele, o IBIO
218 executa aquilo que os comitês definem fazer, pois o CBH é a instância soberana. Salientou que tem
219 consciência de que a agência não está atendendo de forma satisfatória as expectativas do Comitê, mas
220 é preciso que haja um trabalho de parceria, pois um depende do outro e a agência existe para o Comitê
221 funcionar. Em relação à elaboração do PMSB para o município de Alto Caparaó, ele explicou que a
222 agência não teve autorização para elaborar o Plano, mas que esse quadro ainda pode ser revertida
223 caso o critério de 2%, atualmente previsto, seja alterado com a revisão do PIRH e, consequentemente,
224 do PAP-Doce. Fechando a fala, informou que a agência está à disposição e que a equipe pretende
225 voltar a participar das reuniões plenárias dos comitês a partir de 2019. Prosseguindo, o Sr. Senisi
226 agradeceu e reforçou, junto aos membros do plenário, que essa é a oportunidade para sanar as
227 dúvidas, apresentar indagações e entendimentos à agência. Iniciando as intervenções, o Sr. Genilson
228 destacou que, hoje, o mais importante é saber o que o CBH Manhuaçu pode planejar para o ano,
229 porque, às vezes, se planeja e tudo se perde do meio do caminho, perdendo todo o esforço
230 empenhado. Em resposta, o Sr. Ricardo Valory, reforçou a importância do trabalho que está sendo feito
231 em Mutum. No entanto, enfatizou que para qualquer decisão é necessário que haja uma articulação
232 com os demais CBHs e, em função da incerteza quanto aos repasses, é complexo, neste momento,
233 planejar ações de longo prazo. Em seguida, a Sra. Flávia Dias mencionou que os demais comitês, que
234 tem mais dinheiro, tem condição de executar o Rio Vivo. Já o Manhuaçu, que tem uma situação
235 financeira diferente, não terá o mesmo êxito trabalhando dessa forma. Segundo ela, um caminho seria a
236 agência se aproximar para conhecer a realidade do CBH Manhuaçu que é diferente dos demais. A
237 recuperação de nascentes, por exemplo, é algo que já é feito na região e atingiria um número pequeno
238 de pessoas, considerando o montante disponível para investimento. Na Bacia, o grande problema é a
239 questão dos sedimentos, por isso é preciso uma estratégia diferente para o Manhuaçu, aproveitando
240 aquilo que o Comitê possui como, por exemplo, a iniciativa de Mutum, apresentada na reunião de hoje.
241 Em resposta, o Sr. Ricardo Valory sugeriu que seja levado à CTI do CBH-Doce o projeto que está
242 sendo desenvolvido em Mutum, a fim de avaliar a possibilidade de priorizar esse projeto. Na sequência,
243 a Sra. Isaura Paixão ressaltou que vê uma deficiência muito grande do IBIO. Ela comentou que os
244 municípios reclamam, pois não vêem nada de concreto executado pelo Comitê. Ela destacou que sabe
245 das limitações, mas que tem tido dificuldades em coisas básicas, como o recebimento de diárias. Ao
246 final, pediu que seja dada atenção especial aos comitês que tem menos recurso, porque esses acabam
247 ficando muito prejudicados. Em resposta, o Sr. Ricardo Valory informou que irá verificar a questão das
248 diárias, pois o objetivo é zerar esses passivos. Sobre o atendimento às cidades da região, ele deu como
249 exemplo os PMSB e os irrigômetros. Ele reforçou que, de fato, é urgente retomar a execução das
250 ações, mas é necessário segurança para tal. Com relação à priorização, ele disse que se trata de uma
251 questão complexa, pois aqueles que têm muito dinheiro querem que lá seja priorizado e o IBIO, na

Aprovada na Reunião Plenária do CBH Manhuaçu realizada em 04/06/2019

252 perspectiva da integração, trabalha a Bacia como um todo. Em complementação, o Sr. Fabiano Alves,
253 diretor técnico do IBIO, disse que o IBIO tem participado das reuniões da CTPP do CBH Manhuaçu para
254 explicar o escopo do Rio Vivo, sendo que haverá um diagnóstico e a execução será personalizada para
255 a realidade de cada comitê. Segundo ele, nesse momento, o Comitê pode dar prioridade ao P12. No
256 entanto, a primeira fase, que contempla o diagnóstico e abrange dos três programas é indispensável.
257 Ele informou que é possível fazer o diagnóstico para os três e optar pela execução do P12. Em seguida,
258 o Sr. Toríbio, do SAAE de Aimorés, questionou sobre a continuidade dos PMSBs, pois os trabalhos de
259 elaboração do Plano teve um custo elevado e a maioria deles está engavetada. Segundo ele, é preciso
260 capacitar os gestores para captar recursos e executar os projetos. Finalizando as discussões sobre o
261 tema, o Sr. Senisi disse que os entraves fazem parte do processo e é importante que toda a plenária
262 tenha acesso às informações sobre a realidade da agência. Em sua fala, ele também destacou que o
263 Manhuaçu é um Comitê diferenciado, pois consegue se mobilizar e trabalhar com parcerias, mas em
264 alguns casos é preciso ir além. Ele deu como exemplo a sua participação no GT, com o objetivo de não
265 interromper as atividades programadas, pois estava previsto, para o final de 2018, apenas o apoio às
266 assembleias. Segundo ele, essa ação foi de extrema importância para não interromper as ações
267 programadas pelo CBH. Ele ressaltou extrema preocupação com o futuro, pois o Comitê não sabe o
268 que esperar, vivendo em uma constante agonia. Ele enfatizou que é preciso pensar alternativas, fazer
269 arranjos locais. Finalizada a discussão e não havendo mais assuntos a tratar, o presidente do Comitê,
270 Senisi Rocha, agradeceu a presença de todos e encerrou a 39ª Assembleia Ordinária do CBH
271 Manhuaçu. Assina esta ata:



Senisi de Almeida Rocha
Presidente do CBH Manhuaçu